



Município do Funchal

Concurso público

**Fornecimento de equipamento rodoviário no Município do
Funchal**

(Ref.^a do procedimento: 05/DMIE/DMT/2025)

CADERNO DE ENCARGOS



Município do Funchal

Cláusula 1.ª

Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o **fornecimento de equipamento rodoviário no Município do Funchal** conforme estabelecido no caderno de encargos e seu anexo técnico.

2 - O objeto do contrato a celebrar está classificado com o código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos **CPV 34920000-2, referente a equipamento rodoviário** de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, e está repartido por 2 (dois) lotes conforme se segue:

Cláusula 2.ª

Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- b) O presente Caderno de Encargos;
- c) A proposta adjudicada;
- d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos - na sua atual redação (adiante designado por "CCP") e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo de execução do contrato

1 - O prazo de execução do **Lote 1** é de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, a contar da data de assinatura do contrato, cessando com o fim do prazo de execução ou se tiver



Município do Funchal

sido atingido o valor total do contrato, caso este ocorra antes daquele prazo, sem prejuízo das obrigações acessórias e respetivas garantias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2 – O prazo de execução para o **Lote 2** é de **270 (duzentos e setenta) dias**, a contar da data de assinatura do contrato, cessando com o fim do prazo de execução ou se tiver sido atingido o valor total do contrato, caso este ocorra antes daquele prazo, sem prejuízo das obrigações acessórias e respetivas garantias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª

Entrega dos bens objeto do contrato

1 - A entrega do **material adjudicado do Lote 1** far-se-á de forma faseada, de acordo com o seguinte:

- a. A entrega de material **até 90 (noventa) dias** após a data de celebração do contrato de acordo com as quantidades indicadas no ponto 12 do anexo técnico Mapa de quantidades e plano de entregas;
- b. A entrega de material **até 180 (cento e oitenta) dias** após a data de celebração do contrato de acordo com as quantidades indicadas no ponto 12 do anexo técnico Mapa de quantidades e plano de entregas;
- c. A entrega de material **até 270 (duzentos e setenta) dias** após a data de celebração do contrato de acordo com as quantidades indicadas no ponto 12 do anexo técnico Mapa de quantidades e plano de entregas;
- d. A entrega de material **até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias** após a data de celebração do contrato de acordo com as quantidades indicadas no ponto 12 do anexo técnico Mapa de quantidades e plano de entregas.

2 - A **entrega do material adjudicado do Lote 2** far-se-á na totalidade até **270 (duzentos e setenta) dias** após a data de assinatura de contrato de acordo com as quantidades indicadas no ponto 12 do anexo técnico Mapa de quantidades e plano de entregas.

2 - Todos os artigos deverão ser entregues no Caminho do Areeiro n.º 90/92, 9000-243, São Martinho, Funchal, Madeira, Portugal.

3 - Todas as despesas, custos ou encargos resultantes do transporte e entrega nas instalações referidas no ponto anterior são da única e exclusiva responsabilidade do adjudicatário.



Município do Funchal

4 - Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o contraente público, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais da Entidade Adjudicante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Município do Funchal as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de pagamento do fornecimento dos artigos de acordo com as condições acordadas;
- b) Partilha de informações e dados necessários para a adequada execução do contrato pelo adjudicatário.

Cláusula 6.ª

Obrigações principais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) garantir o fornecimento de todos os bens, objeto do contrato, de acordo com as quantidades e características indicadas no ponto 12 do anexo técnico "Mapa de quantidades e plano de entregas";
- b) assegurar a garantia de todos os bens, objeto do contrato, conforme disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas;
- c) garantir o cumprimento das especificações técnicas previstas na legislação em vigor, e respeitar os critérios de desempenho constantes da EN 12899-1:2007, para os itens que integram a categoria Sinalização Vertical, de acordo com o Mapa de Quantidades;
- d) assegurar que todos os materiais, quando aplicável, estejam em conformidade com as características definidas no RST - Regulamento de Sinalização do Trânsito, na sua redação



Município do Funchal

atual, nomeadamente no que diz respeito às formas, cores, inscrições, símbolos, dimensões, materiais a utilizar, entre outros;

e) prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento dos materiais, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;

f) comunicar à entidade adjudicante, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;

g) Não alterar as condições do fornecimento dos materiais definidos no presente caderno de encargos e nos seus anexos;

h) recorrer a todos os meios humanos, equipamentos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução do fornecimento a seu cargo;

i) o cocontratante é responsável por todos os danos ou prejuízos causados à entidade adjudicante decorrente do fornecimento dos bens;

j) obrigação de possuir todos os seguros obrigatórios por lei, bem como as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato, sendo os mesmos da sua inteira responsabilidade;

k) obrigação de manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios à execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

Cláusula 7.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1 - O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características descritas e quantidades indicadas no anexo técnico a este caderno de encargos.

2 - Os bens, objeto do contrato, devem ser entregues em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destinam.



Município do Funchal

3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 - O adjudicatário é responsável perante o Município, por qualquer defeito ou discrepância do/s bem/s objeto do contrato que exista no momento em que os bens são entregues.

Cláusula 8.ª

Inspeção e testes

Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a Câmara Municipal do Funchal, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, **no prazo máximo de 10 (dez) dias**, à inspeção qualitativa e quantitativa dos mesmos de acordo com os anexos do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

Cláusula 9.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1 - No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com o descrito nos anexos do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal do Funchal deve informar, por escrito, o adjudicatário **no prazo de 10 (dez) dias**;

2 - No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Câmara Municipal do Funchal às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 - Após as substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a Câmara Municipal do Funchal procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 10.ª

Aceitação dos bens

1 - Caso os testes a que se refere a cláusula 8.ª do presente caderno de encargos comprovem a operacionalidade efetiva dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer



Município do Funchal

discrepâncias com as características técnicas e quantidades dos materiais definidos nos anexos do presente caderno de encargos, deve ser emitido, **no prazo máximo de 10 (dez) dias** a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e da Câmara Municipal do Funchal.

2 - Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a Câmara Municipal do Funchal, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

3 - A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos e respetivos anexos.

Cláusula 11.ª

Garantia

1 - Nos termos do artigo 444.º do CCP, é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas.

2 - O prazo de garantia é de 3 (três) anos, a contar da data de assinatura do auto de receção dos bens objeto do contrato.

Clausula 12.ª

Preço base

1 - O preço base do contrato a celebrar é de **€ 213.743,35 (duzentos e treze mil euros, setecentos e quarenta e três euros e trinta e cinco cêntimos)**, repartido por 2 (dois) lotes conforme quadro seguinte, a que acresce IVA à taxa legal aplicável, não podendo a proposta de preço do concorrente ultrapassar o preço base, sob pena de exclusão.

Lote	Preço Base por Lote
1	€ 188 275,85 (cento e oitenta e oito mil euros, duzentos e setenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos)
2	€ 25 467,50 (vinte e cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete euros e cinquenta cêntimos)



Município do Funchal

2 - O preço base, nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, resulta dos preços atualizados do mercado, obtidos através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A.

3 - Os documentos referentes à consulta preliminar ao mercado encontram-se disponíveis para consulta, mas somente após a abertura de propostas.

Cláusula 13.ª

Preço contratual

1 - A entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada referente ao fornecimento, instalação e manutenção preventiva de equipamentos de controlo de acessos para parques de estacionamento no Município do Funchal, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente caderno de encargos, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, o qual não pode, em qualquer caso ser superior ao preço base definido.

2 - O preço referido no número anterior inclui também todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente, os relativos ao transporte do bem objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 14.ª

Condições de pagamento

1 - As quantias devidas pelo Município do Funchal, serão pagas no prazo de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas.

2 - O cocontratante pode emitir faturas eletrónicas, nos termos do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, e demais legislações em vigor.

3 - A obrigação considera-se vencida com o fornecimento dos bens objecto do contrato a que respeita a(s) factura (s) acompanhado de auto de recepção assinado pelo gestor de contrato.

4 - A fatura deve incluir a indicação do número de compromisso atribuído ao contrato.

5 - O preço a que se refere o n.º 1 da presente cláusula é dividido e pago do seguinte modo, para os Lotes 1 e 2:

4.1. Lote 1



Município do Funchal

4.1.1. **1.ª prestação**, com a entrega de material e respetiva validação qualitativa e quantitativa **até 90 (noventa) dias após a data de assinatura de contrato** de acordo com as quantidades indicadas no ponto 12 do anexo técnico “Mapa de quantidades e plano de entregas” : **25% do valor da proposta;**

4.1.2. **2.ª prestação**, com a entrega de material e respetiva validação qualitativa e quantitativa **até 180 (cento e oitenta) dias após a data de assinatura de contrato** de acordo com as quantidades indicadas no ponto 12 do anexo técnico “Mapa de quantidades e plano de entregas”: **25% do valor da proposta;**

4.1.3. **3.ª prestação**, com a entrega de material e respetiva validação qualitativa e quantitativa **até 270 (duzentos e setenta) dias após a data de assinatura de contrato** de acordo com as quantidades indicadas no ponto 12 do anexo técnico “Mapa de quantidades e plano de entregas”: **25% do valor da proposta;**

4.1.4. **4.ª prestação**, com a entrega de material e respetiva validação qualitativa e quantitativa **até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após a data de assinatura de contrato** de acordo com as quantidades indicadas no ponto 12 do anexo técnico “Mapa de quantidades e plano de entregas”: **25% do valor da proposta.**

4.2. Lote 2

4.2.1. **Única prestação**, com a entrega de material e respetiva validação qualitativa e quantitativa **até 270 (duzentos e setenta) dias após a data de assinatura de contrato** de acordo com as quantidades indicadas no ponto 12 do anexo técnico “Mapa de quantidades e plano de entregas”, de acordo com **o valor da proposta.**

5 - As faturas a emitir pelo Cocontratante **devem ser dirigidas ao endereço de correio eletrónico: facturas@funchal.pt** e com conhecimento do **Gestor do Contrato.**

6 - As faturas devem cumprir o preceituado no Art.º 36.º do CIVA, e enviadas, o mais breve possível, para o Município do Funchal, através do endereço eletrónico descrito no ponto anterior.

7 - Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.



Município do Funchal

Cláusula 15.ª

Penalidades contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município, pode exigir ao fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 5% do preço contratual.
- b) pelo incumprimento da obrigação de garantia, até 5% do preço contratual.
- c) pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento, até 5% do preço contratual.

2 - O valor acumulado das sanções a que se refere o número anterior, não pode exceder 20% do preço contratual.

3 - Nos casos em que seja atingido o limite fixado no número anterior, e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30% do preço contratual.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 - Para aplicação das sanções pecuniárias, o Município do Funchal deve alertar o fornecedor que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso.

6 - No caso de cumprimento defeituoso a entidade adjudicante deve exigir ao fornecedor que, no prazo de 10 dias úteis, os defeitos sejam eliminados e a execução do contrato seja exata e pontualmente cumprida.

7 - Os atos de aplicação de multas pela entidade adjudicante são definitivos e executórios.

8 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

9 - O valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

10 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.



Município do Funchal

Cláusula 16.ª

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.



Município do Funchal

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município, pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a 1 mês ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se conforme descrito na lei – CCP.

Cláusula 18.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de um ano ou o montante em dívida exceda 20% do preço contratual, excluindo juros.

2 - Nos casos previstos no número anterior o direito de resolução pode ser exercido nos termos da Lei.

3 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 19.ª

Confidencialidade e Proteção de dados

1 - O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela entidade adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.



Município do Funchal

2 - Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da entidade adjudicante.

3 - A adjudicatária compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela entidade adjudicante.

4 - No caso em que a adjudicatária seja autorizada pela entidade adjudicante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5 - A adjudicatária obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP) e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a adjudicatária celebra com outras entidades por si subcontratadas.

6 - A adjudicatária obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;

b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;

c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;

d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;

e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não



Município do Funchal

autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;

f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7 - A adjudicatária será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8 - Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à adjudicatária, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a adjudicatária e o referido colaborador.

9 - A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

10 - A entidade adjudicante compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

Cláusula 20.ª

Gestor do Contrato

O gestor do contrato nos termos do artigo 290º-A do CCP é o **Eng. Roberto Filipe Jardim Faria** com o email: roberto.faria@funchal.pt.

Cláusula 21.ª

Subcontratação, cessão de créditos e da posição contratual

1 - A subcontratação e a cessão da posição contratual pela Adjudicatária, estão dependentes de autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - A cessão de créditos só se efetuará mediante a autorização prévia, escrita, do órgão competente da Entidade Adjudicante, nos termos da legislação aplicável.



Município do Funchal

Cláusula 22.ª

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do foro do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 25.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo CCP e demais legislação aplicável.